

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO SISTEMA DE ENSINO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

PORTO, Daniéli dos Santos¹
COSTA, Iêza Rocha¹
SILVA, Kamilly dos Santos da¹
SILVA, Keli Simões Xavier²

Resumo

Este artigo é resultado dos estudos realizados na disciplina Educação Especial do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo, campus São Mateus, e discute o processo de inclusão de pessoas com deficiência física no sistema de ensino. Tem como objetivo geral compreender, mediante publicações acadêmicas, como se dá a inclusão de pessoas com deficiência física nas escolas regulares. Como objetivos específicos, apresentar a trajetória filosófica, histórica e política das ações voltadas para o público alvo da educação especial, identificar a formação necessária para atuar nessa área de inclusão e conhecer algumas experiências acerca dessas discussões através de publicações científicas. Caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e utiliza como proposição metodológica a pesquisa bibliográfica, realizando as buscas a partir dos seguintes termos descritores: deficiência física, estudantes e inclusão. Os resultados obtidos nessa pesquisa poderão contribuir para a reflexão de como os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem exercem sua função em relação ao aluno com deficiência física e proporcionar um olhar crítico sobre a educação inclusiva, dando subsídios para que ela se torne realidade.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Especial. Deficiência Física

Introdução

Em diversos espaços da sociedade a ideia de normalidade é muito presente, o que leva a pessoa com deficiência ser considerada como “anormal”, ou seja, fora de um padrão dito como normal. Contudo, cabe o questionamento: de onde vem essa noção dual de normalidade e anormalidade?

Segundo Davis (2006 apud Francês e Bentes, 2017, p.12), o termo normal surge com o período de industrialização, onde “[...] buscou-se o homem perfeito, normal para atender ao cumprimento dos objetivos da classe dominante à época, a saber: a burguesia”. De tal modo, que essa ideia de normalidade dominou a sociedade, e os corpos que fugiam do padrão eram excluídos. No século XIX, alguns estudiosos, como Adolfe Quetelet, difundiram a ideia de “média”, delineando ainda

¹Acadêmicas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo, campus São Mateus.

² Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo, Campus São Mateus.

mais os contornos daquilo que era considerado a norma e o que poderia ser aceitável dentro desses parâmetros.

Essas concepções de norma, média, normal e por conseguinte anormal, foram primordiais nos processos de exclusão de muitas pessoas com deficiência ao longo da história. No contexto da sociedade capitalista, tais concepções deram margem para a consolidação do conceito de deficiência, no qual determinados corpos eram menos eficientes para a produção. De acordo com Francês e Bentes (2017), o *modelo médico* acerca das pessoas com deficiência foi, em grande medida, utilizado como base científica para validação de tais processos de exclusão.

O modelo médico, também conhecido como *modelo clínico*, compreende certas especificidades de natureza orgânica, biológica, como uma lesão, um infortúnio que impede a vida social. Então, aquilo que é denominado como uma deficiência é entendido como “[...] um problema médico, individual; como uma forma (a)normal, não sendo percebida, portanto, como um estilo de vida, em que a pessoa deficiente pode desfrutar plenamente de seus direitos igual à pessoa sem deficiência” (Francês, Bentes, 2017, p.13).

Em contraponto ao modelo clínico, surge na década de 1960, o *modelo social* acerca das pessoas com deficiência. Neste outro modelo, o olhar sobre a questão deixa de ser individualizado, passando a compreendê-la dentro da esfera social.

A condição física não é restrição. As restrições estão nos obstáculos que a sociedade impõe ao deficiente. O modelo social aprende a opinião de que é a sociedade que se mostra pouco sensível às diferenças, razão pela qual, está sob a sua égide extrair as barreiras e oportunizar a participação da pessoa deficiente nas atividades, permitindo desfrutar dos benefícios sociais. (Francês, Bentes, 2017, p.14).

Esse movimento defende que não é possível levar em consideração apenas o lado clínico, é necessário considerar os fatores sociais. A defesa realizada pelos autores mencionados acima é que “[...] a deficiência não deveria ser entendida como um problema do indivíduo, mas como consequência da estrutura social que aparta o deficiente do convívio social, impedindo a participação igualitária na vida coletiva.” (Francês, Bentes, 2017, p.16).

Infelizmente nos dias de hoje o modelo clínico ainda é muito difundido em nossa sociedade, inclusive nos espaços escolares, e ainda ecoa a concepção na qual a deficiência é associada a uma doença a ser superada. No ambiente escolar os efeitos de tal percepção impactam fortemente o desenvolvimento do estudante com

deficiência que, de certa forma, é culpabilizado por não se enquadrar à “normalidade” e cabe a ele a responsabilidade de eventuais insucessos em seu processo de aprendizagem.

Dentre as diversas especificidades classificadas como deficiência, neste estudo, a deficiência física ganha certo destaque. Instigadas a compreender mais sobre as adequações necessárias para a inclusão, especialmente de estudantes com deficiência física, levantamos a seguinte indagação: como se dá a inclusão de pessoas com deficiência, especialmente com deficiência física, no sistema de ensino?

A fim de responder a questão acima, tomou-se como objetivo geral compreender como se dá, a partir das publicações científicas da área, a inclusão de pessoas com deficiência física no sistema de ensino. Para tanto, estipulou-se como objetivos específicos, apresentar a trajetória filosófica, histórica e política das ações voltadas para o público alvo da educação especial, identificar a formação necessária para atuar nessa área e conhecer algumas experiências acerca dessas discussões.

Este estudo é de natureza qualitativa e utiliza como proposição metodológica a pesquisa bibliográfica, realizando buscas a partir dos seguintes termos descritores: deficiência física, estudantes e inclusão.

1 A Pessoa com Deficiência e a História

As pessoas com deficiência ao longo da história foram marcadas por olhares que as estereotiparam. Segundo Silva (2009), para os egípcios elas eram consideradas divindades, para a sociedade romana e grega eram consideradas como portadoras do mal. Já na idade média, período em que o catolicismo se constituiu como a base religiosa de grande parte dos países, considerava-se que a deficiência decorria da intervenção de forças sobrenaturais, sendo representação de punições divinas por pecados cometidos. Por consequência de tal pensamento, inúmeras vítimas foram feitas, pois pessoas com algum tipo de deficiência eram totalmente excluídas do convívio social.

Ao mesmo tempo em que os dogmas religiosos produziram os terríveis efeitos mencionados acima, a igreja católica também se valeu de uma racionalidade caritativa em determinado momento da história, sendo responsável por diversas instituições voltadas às pessoas com deficiência. De acordo com Silva (2009, p.136), piedade, compaixão e condescendência “[...] estiveram na base da fundação de hospícios e de albergues que acolheram deficientes e marginalizados.” A segregação foi a marca

desse tempo, pois embora não houvesse o extermínio físico dessas pessoas, as institucionalizavam, fazendo com que ficassem longe das pessoas ditas como “normais”, pois eram vistas como um risco para a sociedade.

No século XX, após as barbáries vividas na segunda guerra mundial, as sociedades passaram por transformações. Diversos movimentos sociais em defesa de direitos humanos ganharam força ao redor do mundo, entre estes os que reivindicavam melhores condições para as pessoas com deficiência questionando a institucionalização e, portanto, a segregação.

A consciencialização, por parte da sociedade, da desumanização, da fraca qualidade de atendimento nas instituições e do seu custo elevado, das longas listas de espera, das investigações sobre as atitudes negativas da sociedade para com os marginalizados e dos avanços científicos de algumas ciências, permitiu perspectivar, do ponto de vista educativo e social, a integração das crianças e dos jovens com deficiência (Silva, 2009, p.138)

A luta, então, passou a ser pela criação de serviços educacionais voltados para pessoas com deficiência que fossem diferenciados e que pudessem ajudar esses alunos a atingir os mesmos objetivos dos demais. Contudo, na prática isso significou que os métodos de ensino, o apoio educativo, os programas, os recursos humanos e as instalações educativas passaram a ser coordenados, com o objetivo de produzir intervenções que viabilizassem uma espécie de “cura”, ou “contenção dos problemas” advindos da deficiência, para que assim a pessoa com deficiência pudesse ser inserida no contexto educacional junto com os demais estudantes.

Diante do contexto descrito acima, podemos notar que o que vigorou foi a proposta integracionista de educação, na qual caberia à pessoa com deficiência se adequar e “se superar” para estar junto com os “ditos normais”. O que predomina aqui é a manutenção da individualização da questão, não proporcionando que a sociedade se reveja e busque se modificar para acolher a diversidade humana. Mais uma vez a sociedade é pautada pela noção de normalidade e anormalidade.

A década de 1990 foi de grande expressividade no que diz respeito a possibilidades de ruptura com a proposta integracionista. Foi em meio a essa década que foram produzidos dois documentos relevantes. O primeiro é a Declaração de Jomtien (1990), também chamada Declaração Mundial de Educação para Todos, a qual vem discutir o direito ao acesso à Educação por todas as pessoas, independentemente de sua origem social, étnica, ou de suas especificidades biológicas. O segundo é a Declaração de Salamanca (1994), que traz princípios,

política e prática na área das necessidades educativas especiais, ou seja, voltada para pessoas com deficiência. Tais documentos lançaram as bases para a discussão e construção da proposta de uma sociedade inclusiva.

A aceitação e a valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade são, assim, valores que norteiam a inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais e, em simultâneo, estas se preparam para assumir o seu papel na sociedade. (Silva, 2009, p.144)

Após a publicação dos documentos mencionados, diversas leis, decretos e diretrizes, em diversos países, foram aprovadas com o objetivo de valorizar as diversidades e respeitar as diferenças. Dentre as estruturas sociais existentes, o sistema educacional ganha protagonismo e a defesa é que:

[...] a escola regular deve ajustar-se a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, isto é, crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (Unesco, 1994:6 apud Silva, 2009, p.145)

Ao defender a inclusão de todos, e em especial de crianças com deficiência nos sistemas regulares de ensino, a proposta de educação inclusiva passa a ser foco na construção de políticas educacionais, o que implica diretamente na formação de professores e viabilização de ambientes que complementam o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

2 Construção da Política de Educação Inclusiva no Brasil

A construção da proposta de educação inclusiva no Brasil é relativamente recente. Mas até chegarmos a esta proposta, foi percorrido um percurso que vem da consolidação do modelo de Educação Especial até chegarmos a perspectiva de Educação Inclusiva. A esse respeito, o documento federal intitulado como “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008), nos oferece um importante panorama histórico.

Desde o Brasil Império, se pensava na educação de pessoas com deficientes, para tanto é criado nesse período, duas instituições, uma para cegos e outra para surdos, mas com princípio de se ter espaços específicos para eles.

No século XX, se tem a construção de instituições de natureza privada para atender esse público, como a Pestalozzi, e Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais- APAE. Vale destacar, que nesse contexto a proposta em voga era a segregacionista.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024/61 prevê o “[...] direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.” (Brasil, 2008, s.p), ou seja, não era obrigatório acontecer no sistema geral de ensino, apenas se houvesse a possibilidade de incluir as pessoas com deficiência. A lei nº5.692/71 que alterou a LDB, reforçou a ideia de caminhar os alunos alvos do atendimento educacional especializado para as instituições especializadas de forma assistencialista.

Em 1973, se tem de certo modo um grande avanço, o Ministério da Educação (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial- CENESP, a fim de tratar de questões da educação especial, porém “[...] não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.” (Brasil, 2008, s.p). Porém, ainda não havia uma política pública que garantisse a todos o acesso à educação, mas ao longo desse período se teve alguns fatos que contribuíram para essa discussão.

Em 1988 com a Constituição Federal, que traz o objetivo de promover o bem de todos, independente de suas diferenças, sem qualquer tipo de preconceito, definindo:

[...] no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (art. 208, apud Brasil, 2008).

A partir da década de 90, impulsionados pelas declarações de Jomtien e Salamanca, o Brasil vê crescer as iniciativas de construção de políticas educacionais inclusivas. Ainda em 1994 se tem a Política Nacional de Educação Especial que vai dar um impulso no processo de incluir o aluno com especificidades nas classes regulares, mas sem oferecer a inclusão necessária e apropriada para seu desenvolvimento e participação efetiva na sala de aula. Ainda operava muito influenciada pelo intuito de normalizar os estudantes com deficiência aos padrões estabelecidos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº9.394 de 1996, estabelece como direito de todos a educação, além de garantir que tenham acesso e condições de permanência e possibilidade do aluno com especificidade possa ingressar na escola, independente da sua idade, numa série compatível com ele. No ano de 1999, com o:

Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. (Brasil,2008, s.p).

Portanto colocando a educação especial como um complemento e não substitutivo da educação básica. O Plano Nacional de Educação - PNE, lei nº 10.172/2001 trouxe alguns avanços como a instalação de escolas inclusivas, aprimoramento das matrículas e formação de professores. A conversão de Guatemala, 1999, Decreto nº 3.956/2001, teve importante efeito, pois exigiu que se pensasse a educação especial, eliminando qualquer impedimento fazendo com que o aluno não tenha acesso à escolarização.

O ministério da educação promoveu em 2003, cursos de formação para dirigentes municipais e educadores para garantir acessibilidade à educação e promover a organização de serviços de educação especial na perspectiva inclusiva.

No ano de 2006, com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU que defende educação inclusiva para todos os níveis e espaços, há o estabelecimento da garantia de que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24, apud Brasil, 2008).

O Decreto nº 6.094 de abril de 2007, ratifica o Compromisso de Todos com a Educação ao estabelecer diretrizes e visar a garantia do acesso e permanência no sistema regular de ensino através do atendimento educacional especializado e fortalecimento da inclusão educacional nas escolas públicas. Em 2008 ocorre o lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual serve de base até os dias atuais para a organização dos sistemas educacionais de ensino.

3 A Deficiência Física

Compreendemos a partir do Decreto nº 5.296/2004, que a deficiência física é entendida como alterações que podem ser parciais ou integrais de um ou mais segmentos do corpo humano. Essas alterações comprometem a mobilidade e a coordenação geral. Em alguns casos, pode, também, afetar a fala em variados graus.

Há também as alterações funcionais motoras que são consequência de lesão do Sistema Nervoso. Em casos dessa natureza, o que se observa é alteração de tônus muscular. De acordo com Schirmer et al. (2007), os prefixos *para*, *mono*, *tetra*, *tri* e *hemi*, das terminologias *Paraplegia*, *Monoplegia*, *Tetraplegia* e *Hemiplegia* referem-se a perda das funções motoras de determinados segmentos do corpo, a saber: Paraplegia é perda total das funções motoras dos membros inferiores; Monoplegia é perda parcial das funções motoras de um só membro, o qual pode ser superior ou inferior; Tetraplegia é perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores; Hemiplegia é perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo, podendo ser o direito ou o esquerdo.

Direcionando nossas reflexões para a pessoa com deficiência física, destacamos a sanção de dispositivos legais que visam a garantia do direito a acessibilidade dessas pessoas

[...] Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação. (Tagliari,Três, Oliveira, s.p , 2006).

A lei mencionada é de extrema relevância para pensarmos a qualidade de vida das pessoas com deficiência física (PDF), ao seu acesso aos bens mais elementares como saúde, segurança, lazer e educação. E por falar em educação, é fundamental que as instituições de ensino, que têm matriculado estudantes com deficiência física, retirem qualquer tipo de barreira que possa impedir esse aluno de participar das atividades realizadas na escola. A esse respeito, a

[...] norma de acessibilidade atualizada para PDF nas escolas, no item 8.6.2 Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis. (Tagliari,Três, Oliveira, s.p , 2006).

Para tanto, se nos atentarmos para os anos entre 2000 a 2008, quando as políticas de educação especial na perspectiva da inclusão deram um salto significativo, notamos que foi no ano de 2004 a aprovação do decreto 5.296, o qual estabelece em seu art. 5º que são consideradas pessoas com deficiência física, aquelas que apresentam:

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Brasil, 2004)

Ainda em 2004 foi lançado o programa de acessibilidade urbana chamado “Brasil Acessível”, que tinha como objetivo empregar uma nova concepção no processo de construção das cidades. Concepção essa que considerasse o conceito de desenho universal, o qual propõe que todos os projetos arquitetônicos pensados para que todos os espaços sejam de uso democrático, garantindo assim condições igualitárias de acesso e qualidade de uso.

Juntamente com o Plano de Aceleração do Crescimento, se tem o Plano de Desenvolvimento da educação, com o propósito de assegurar “[...]acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.” (Brasil, 2008, s.p).

Sem dúvida, todos esses avanços no plano das legislações acerca da caracterização e direitos das pessoas com deficiência física não findaram com as dificuldades encontradas no cotidiano dessas pessoas. Entre a conquista do direito e a aplicação dele na prática, ainda há um percurso que está sendo trilhado.

4 O Papel da Escola

Cabe ressaltar que a implementação da educação especial atravessou um longo período para se consolidar e obter seu espaço na escola regular. Uma escola inclusiva que atenda e abra espaços para todos, tendo seus direitos garantidos por lei, com o intuito de incluir esses indivíduos e não os segregar promovendo uma educação para todos. Segundo o autor Fonseca: “No passado, a Educação Especial e toda superestrutura apontava o dedo de acusação para a criança deficiente. No futuro, provavelmente, teremos de apontar para o sistema de ensino”. Fonseca (1995,

p.210 apud Beise, 2015, s.p.) que criticou o modelo segregador e excludente que culpabiliza a criança que tem algum tipo de deficiência por sua dificuldade de aprendizagem. Segundo o autor, o sistema de ensino deveria ser responsabilizado pela falta de adaptação às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A escola possui um papel fundamental na formação dos indivíduos, sendo um local onde são construídas relações sociais que irão contribuir nas diferentes formas de aquisição do conhecimento, desenvolvendo atividades extracurriculares inclusivas, e programas de sensibilização. Portanto, essa inclusão se mostrará no decorrer do dia a dia, garantindo a passagem não só pelo processo de ensino aprendizagem como também da socialização, buscando educar através da conscientização, promovendo respeito às diferenças, mostrando ao mesmo tempo que as crianças que se diferem são também parecidas, conseqüentemente não precisando de tratamento diferente, apenas de acessibilidade para poderem conviver harmoniosamente, evitando as possíveis discriminações que vierem a surgir.

As escolas devem ser acessíveis e adequadas para os alunos que possuem algum tipo de deficiência, que correspondem a condições relacionadas aos aspectos motores, intelectuais ou sensoriais. Para que os alunos tenham acesso e interajam, é preciso viabilizar condições necessárias para cada especificidade, realizar adaptações do material e do ambiente físico, lembrando que não é a adaptação do currículo e sim da acessibilidade, fazer a utilização de recursos para facilitar o desempenho e a realização das atividades.

A escola deve fornecer capacitação aos docentes para que os mesmos possam ter uma orientação quanto a sua atuação na sala de aula e no planejamento, realizar adaptações na estrutura da instituição, bem como mudanças no seu espaço físico, repercutindo na construção de rampas, instalações de portas e móveis adaptadas, aquisição de corrimãos, elevadores, banheiros e salas de aula pensadas nas necessidades do aluno com deficiência que possa atender simultaneamente os educandos, analisar os métodos de ensino para que possa atender a todos, juntamente com a escolha de um material didático que seja acessível. Além disso, o Ministério da Educação (MEC) implementou o Programa Escola Acessível, que visa promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. O programa disponibiliza recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para as escolas realizarem adequações arquitetônicas, adquirirem

equipamentos e materiais pedagógicos e promoverem a formação continuada dos profissionais da educação.

A formação docente para educação especial é um tema de extrema importância na busca por uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. A educação especial refere-se ao atendimento educacional especializado (AEE) voltado para estudantes com necessidades educacionais especiais, como deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, transtornos do espectro autista, entre outros. Para que os professores estejam preparados para atuar nesse contexto, é essencial que recebam uma formação sólida e abrangente.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), é resultado da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), atuando como complementar ou suplementar ao que é realizado na sala de aula regular, desse modo

visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (Ropoli et al, 2010, p.17).

Para tanto é necessário que o aluno esteja matriculado em uma rede de ensino regular, para desse modo possuir o atendimento especializado. Porém, existe um problema, nem sempre esse atendimento é ofertado na rede de ensino que o aluno frequenta, ou seja, nem sempre possui sala de recursos multifuncionais que nesse espaço:

[...] o aluno experimentará várias opções de equipamentos, até encontrar o que melhor se ajusta à sua condição e necessidade. Junto com o professor especializado aprenderá a utilizar o recurso, tendo por objetivo usufruir ao máximo desta tecnologia. Após identificar que o aluno tem sucesso com a utilização do recurso de TA [Tecnologia Assistiva], o professor especializado deverá providenciar que este recurso seja transferido para a sala de aula ou permaneça com o aluno, como um material pessoal. (Schirmer et al, 2007, p.33)

Desse modo o AEE pode ser em instituições privadas, como a APAE ou a Pestalozzi, ou nos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), sendo eles de caráter público ou privado, mas sem fins lucrativos. Os CAEE da rede pública, primeiro escolhem uma escola da região para ofertar o AEE e o sistema público vai conduzir os recursos.

5 A experiência da Inclusão: um olhar a partir da pesquisa acadêmica

Rememorando que um de nossos objetivos era o de conhecer algumas experiências inclusivas através de publicações acadêmicas, apontamos que ao longo deste estudo diversas foram as obras que nos proporcionaram um real dimensionamento acerca da prática inclusiva. Contudo, diante dos limites de caracteres propostos para este artigo, destacamos a investigação realizada por Vitta, Vitta e Monteiro (2010). A partir desse estudo foi possível compreender a visão dos professores de educação infantil sobre a inclusão de crianças com deficiência.

A pesquisa foi realizada com setenta professores ligados à Secretaria Municipal de Educação de Bauru- SP, os quais foram organizados da seguinte forma:

- a) 4 professores de educação infantil de escolas especiais. Este número é bastante reduzido por se tratar apenas de duas escolas;
- b) 31 professores oriundos de 15 escolas comuns de educação infantil e que têm em suas salas de aula crianças deficientes incluídas. Estas escolas foram escolhidas de acordo com sua localização geográfica para abranger todo município;
- c) 35 professores provenientes de 8 escolas comuns de educação infantil que não têm crianças deficientes incluídas, distribuídas geograficamente pelo município. (Vitta, Vitta , Monteiro, 2010, p.418)

De acordo com os autores, a coleta de dados utilizou a técnica de entrevista semiestruturada, ferramenta utilizada para explorar percepções sobre um tema específico, fornecendo informações aprofundadas. A partir desses dados, foi discutido como está a inclusão de pessoas com deficiência física na escola.

Um dos pontos abordados na pesquisa foi que os professores relacionam a deficiência com a

[...] ideia de incapacidade, diferença e anomalia. No entanto, alguns profissionais disseram ter dificuldade para definir deficiência, relatando, em alguns casos, que todas as pessoas em alguma medida possuem características diferentes que dificultam certas atividades. (Vitta, Vitta, Monteiro, 2010, p.419).

Mas mesmo com essa concepção dos professores em relação à deficiência, observa-se que a maior dificuldade em relação à aprendizagem de PDF está relacionada com a “[...] falta de recursos materiais e de organização do espaço físico, ou seja, embora a deficiência esteja na criança, não seria ela a causa das dificuldades de aprendizagem, mas sim a falta de adaptação do meio em que ela vive”. (Vitta, Vitta, Monteiro, 2010, p.420).

Contudo a inclusão de pessoas com deficiência física na sala de aula regular, é vista pelos professores como algo relacionado com caridade e desprezam o fato de que esses alunos estão na sala de aula como qualquer outro dito “normal” , a fim de

aprender, ter contato com o conhecimento científico. De acordo com Vitta, Vitta e Monteiro (2010), na pesquisa foi manifestado a ideia de que não é possível que em todos os casos se tenha a inclusão de pessoas com deficiência nas salas de aulas, justamente pelo fato de que algumas crianças não serem independentes, ou seja demandam de algum tipo de ajuda, e por esse motivo, os professores defendem que os deficientes físicos possuem uma dependência “[...] muito grave devem receber atendimento especializado em local apropriado”. (Vitta, Vitta, Monteiro, 2010, p.421).

Considerando a inclusão dos alunos com deficiência física no ambiente escolar, grande parte dos entrevistados relatam a necessidade de implementarem “[...] rampas, piso antiderrapante, portas mais largas, banheiro adaptado, corrimão, adaptações no mobiliário [...]” (Vitta, Vitta, Monteiro, 2010, p.423). A fim de que possam circular livremente. Entretanto alguns docentes que ministram aulas para pessoas que apresentam as mais diversas especificidades, declaram não ser necessário a utilização de recursos materiais adaptados, como no caso da tecnologia assistiva, justificando que não sabem como utilizá-los. Os que defendem a causa da inclusão de todos na sala regular, criticam

[...] à imposição da inclusão através de lei, sem a avaliação das reais condições do sistema educacional e, como ressaltam os professores da escola especial e de classes com inclusão, sem formação de recursos humanos, materiais e físicos mais apropriados para que esse processo aconteça. (Vitta, Vitta, Monteiro, p.422, 2010).

Levando em consideração a formação docente, muitos alegam a necessidade de tratar mais na graduação

[...] temas sobre educação especial já na formação inicial do professor que, sozinha, não seria suficiente para um trabalho eficiente. A formação continuada e a especialização são duas modalidades bastante citadas e que, na opinião deles, poderiam auxiliar para a efetividade da educação inclusiva. (Vitta, Vitta, Monteiro, p.424, 2010).

Observa-se que tanto a sociedade quanto a escola ainda encontram dificuldades em lidar com a diversidade humana. Muitos dos educadores expõem na entrevista que não gostam de trabalhar nessa área da inclusão, pois

Atuar com a diversidade exige um complexo rol de conhecimentos e disponibilidade para lidar com o novo, com o inesperado a cada momento. Em se tratando da capacitação de profissionais que atuem de forma efetiva na educação de crianças com necessidades especiais, a formação deve incluir conteúdos que permitam compreender os diferentes problemas que levam à deficiência e às necessidades desta população (Vitta, 2010; Melo, Ferreira, 2009 apud Vitta, Vitta, Monteiro, 2010 p.425).

A pesquisa realizada por Vitta, Vitta e Monteiro (2010), nos revela diversas facetas da inclusão escolar, elucidando que o “chão da escola”, ainda se encontra permeado de grandes desafios a serem superados por toda a comunidade escolar.

6 Considerações Finais

Diante das discussões abordadas, o presente estudo proporcionou às pesquisadoras um adentrar no âmbito da educação especial, em destaque, a educação para as pessoas com deficiência física. Tecendo uma linha do tempo, até o momento atual, sobre a trajetória que foi marcada por avanços e desafios enfrentados por alunos com deficiência e educadores no decorrer dos anos.

Nota-se que ainda há um longo caminho a percorrer no quesito acessibilidade e formação docente. Os paradigmas que surgiram ao longo da história das pessoas com deficiência não desapareceram, eles coexistem e o mais grave é que educadores reproduzem essas ideias e falas absurdas. Embora se tenha toda uma política voltada para a inclusão de pessoas com deficiência, o que é uma grande conquista, percebe-se que faltam adaptações arquitetônicas nas instituições, espaços adequados onde o aluno com deficiência física possa ter autonomia e circular livremente ou seja essas políticas precisam ser concretizadas nas instituições.

Ao início desse estudo, foi traçado como objetivo compreender como se dá a inclusão de estudantes com deficiência física no sistema de ensino, o qual foi alcançado à medida que foram realizadas pesquisas bibliográficas. Pode-se concluir que para se alcançar a inclusão de fato ainda temos um grande percurso a percorrer, pois quando existem recursos de tecnologia assistiva, muitas vezes, o professor não sabe utilizar, ou nem tentam. O que é resultado da formação docente inadequada, que ao invés de quebrar com os paradigmas impostos pela sociedade na formação, muitas vezes compactuam, pois olham para os estudantes com deficiência através do modelo clínico, delegando à medicina a responsabilidade sobre o desenvolvimento desses alunos. Aparentemente, esquecem do seu papel na sociedade, não exercendo sua função de educador/formador. Outro problema é a necessidade de uma formação continuada para os profissionais da área, para que tenham capacitação e contribuam para o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência.

Por fim, a realização dessa pesquisa despertou o interesse dos autores de conhecer melhor alguns outros aspectos que não foram tratados aqui, tais como a tecnologia assistiva contribui para o desenvolvimento do aluno com DF. Tais aspectos

podem ser tratados futuramente, em outros estudos, pois acredita-se que novas perguntas instigam a buscar outras respostas que surgiram como desdobramentos deste estudo.

REFERÊNCIAS

BEISE, J. A. **A deficiência física no contexto escolar**. CIA - Publicações Ciclo do Conhecimento, 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial -MEC; SEESP, 2001.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2008.

Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

FRANCÊS, Lyanny Araújo; BENTES, José Anchieta de Oliveira. **A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Da (A)Normalidade ao Atendimento Educacional Especializado**. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial , v.4, n.2, p. 11-22, Jul.-Dez., 2017.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola**. João Pessoa, 2018.

MATOS, Érica Gonçalves de; SIMPLÍCIO, Antônia Karina Mota. **A contribuição do cuidador escolar na Educação Inclusiva**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.

PEREIRA, Maria Carolina et al. **Prescrição de tecnologia assistiva para alunos com deficiência física: uma investigação com professores de salas de recursos multifuncionais**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 61, p. 371-385, 2018.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et.al.* **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** : a escola comum inclusiva. Brasília : MEC/ Secretaria de Educação Especial; v. 1, 2010.

SCHIRMER, Carolina R. *et.al.* **Atendimento educacional especializado: Deficiência Física**. Brasília/DF , 2007.

SILVA, M. O. E. **Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas**. Revista Lusófona de Educação, v. 13, n. 13, p. 135-153, Lisboa, 2009.

TAGLIARI, Carina; TRÊS, Francesca; DE OLIVEIRA, Sheila Gemelli. **Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar**. Revista neurociências, v. 14, n. 1, p. 10-14, 2006.

TAVARES, L.M.F.L.; SANTOS, L.M.M.; FREITAS, M.N.C. **A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, p. 527-542, 2016.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de; MONTEIRO, Alexandra SR. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 16, p. 415-428, 2010.